Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional,
Empresas Públicas, Concessionárias e Afins

www.stal.pt Rua D. Luís I, 20F 1249-126 Lisboa . Telef: 210958400 - Fax: 210958469 - Email: stal.nacional@stal.pt

RESOLUÇÃO

Pela urgente valorização salarial e profissional dos trabalhadores da Administração Local

No dia 25 de Abril de 2024, muitos milhares de trabalhadores em todo o país saíram à rua para celebrar os 50 anos da Revolução, e afirmar Abril os seus valores, assim como no 1º de Maio, que por todo o país, encheram as ruas e praças e fizeram ouvir a sua voz e as suas reivindicações, exigindo melhores condições de vida e de trabalho.

A sua voz fez-se também ouvir na luta do dia 17 de Maio com uma grande participação dos trabalhadores no desfile e concentração junto ao Ministério das finanças, exigindo resposta à Proposta Reivindicativa Comum para 2024 (PRC2024).

Esta é a voz e a força que temos de projectar todos os dias na defesa dos nossos direitos para inverter o caminho de empobrecimento que o actual governo têm traçado para os trabalhadores da Administração Local.

As condições de vida dos trabalhadores da Administração Local e Regional, tal como sucede com a generalidade dos trabalhadores e da população, tem-se agravado, sendo cada vez mais difícil, por muita "engenharia financeira" que se faça, fazer face ao elevado custo de vida, nomeadamente com as habituais despesas domésticas, como as da alimentação, saúde ou habitação. (Índice de preços no consumidor teve subida homóloga de 3,1% em Maio, quase um ponto percentual a mais do que em Abril).

A realidade confirma o que o STAL antevia desde o primeiro momento sobre o actual governo PSD/CDS: muitos anúncios e intenções, mas nenhumas medidas para resolver os problemas concretos dos trabalhadores e do País.

O mesmo Executivo que teve pressa para dar benefícios fiscais a grandes grupos económicos e para reunir com os patrões, tem adiado a urgente resposta à PRC2024, apresentada pela Frente Comum, alegando desconhecê-la ou não ter tido ainda tempo de a analisar… desde 5 de Abril!

Trata-se de uma estratégia clara do Governo de alavancar os negócios de uma minoria em vez de resolver os sérios problemas que afectam a maioria dos trabalhadores e da população. É bom exemplo disso a tão propalada “mexida” no IRS, cuja proposta inicial do governo AD beneficiava (pasme-se!) os escalões mais altos (em salários até 2.475, a descida significa pouco mais do que 20€ anuais), e mais não era do que um subterfúgio para não aumentar os salários, e para justificar o seu grande objectivo: a descida significativa dos impostos para os grandes grupos económicos.

Enquanto uma pequena minoria concentra grande parte da riqueza criada no País, milhões de trabalhadores recebem menos de 1000 € brutos por mês, mais de 1 milhão de reformados recebem abaixo do limiar de pobreza e mais de 2 milhões de pessoas vivem em risco de pobreza ou exclusão social. Tudo isto perante o patrocínio e apoio da União Europeia e das suas imposições, aceites de forma submissa por PSD, CDS, PS, CH e IL.

TEMOS PROPOSTAS. EXIGIMOS SOLUÇÕES!

A resolução dos problemas dos trabalhadores não pode esperar pela discussão do Orçamento do Estado para 2025, como o Governo pretende impor e que temos de combater.

O Programa do governo PSD e CDS – que conta com o apoio da IL e CH, e a conivência do PS – não dá respostas aos problemas e reivindicações dos trabalhadores da Administração Local, e traduz-se na manutenção dos baixos salários e da política de empobrecimento prosseguida pelos anteriores governos, acenando com prémios e redução fiscal, em vez de valorizar os salários; e estabelece a individualização das relações de trabalho como regra na Administração Pública, apostando assim na divisão dos trabalhadores; abre mais a porta aos privados, em vez de reforçar os serviços públicos, como fica patente no Plano de Emergência da Saúde, que aponta os *parceiros do setor social e privado como complemento na prestação de serviços de saúde*, em detrimento do reforço da capacidade do SNS.

O STAL não baixa os braços em defesa da valorização profissional dos trabalhadores, de Serviços Públicos de qualidade e do reforço das Funções Sociais do Estado, e exige urgência no processo negocial com o governo – com base na PRC 2024 –, que não pode esperar mais, reafirmando que a luta é o caminho contra as políticas que promovem as injustiças e as desigualdades, e impedem o progresso do País.

A unidade e organização dos trabalhadores para lutar é o caminho para inverter estas políticas. Neste sentido, a Direcção Nacional:

- Apela à participação na manifestação PELA VALORIZAÇÃO DAS PROFISSÕES DE MAIOR DESGASTE FÍSICO, dia 25 de Junho, 10h30 do Largo do Rato para a AR. (Contactar com o máximo de trabalhadores para a recolha de assinaturas até ao dia 21 de Junho)
- Desenvolvimento da luta pela urgente negociação da PRC 2024, nomeadamente pelo aumento imediato de todos os salários e valorização de todas as carreiras; pelo reforço dos serviços públicos.

UNIDOS SOMOS MAIS FORTES!

Lisboa, 6 de Junho de 2024

A Direcção Nacional do STAL

Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional,
Empresas Públicas, Concessionárias e Afins

www.stal.pt Rua D. Luís I, 20F 1249-126 Lisboa . Telef: 210958400 - Fax: 210958469 - Email: stal.nacional@stal.pt

RESOLUÇÃO

Defender os serviços públicos

Afirmar, defender e conquistar direitos

Os serviços públicos são fundamentais para garantir direitos, promover a justiça social e o desenvolvimento e enfrentar solidariamente as ameaças que põem em causa a nossa existência individual e colectiva, como a pandemia deixou bem claro.

Para os grupos económicos os serviços públicos são sobretudo uma imensa fonte de negócio. É o caso da água, cuja escassez aguça ainda mais o apetite privado, do saneamento e dos resíduos, que são atribuições e competências das autarquias, e cuja empresarialização, concentração e privatização tem sido promovida por sucessivos governos do PS e do PSD/CDS, sob as mais diversas formas.

A transformação em negócio do serviço público significa que terão que ser os consumidores a pagar todos os encargos. Sendo um negócio, tem ainda expressão na forma como são geridos os sistemas, mesmo os públicos, existindo a ideia de que a gestão pública, com as mesmas armas, pode competir com a gestão privada, o que, na prática, significa a progressiva substituição da lógica pública, cuja função é maximizar o bem-estar social e valorizar os trabalhadores, pela lógica privada que apenas visa a obtenção de resultados económico-financeiros e a distribuição de dividendos. Veja-se o dividendo extraordinário de 100 milhões de euros pagos pelas Águas de Portugal ao Estado, em nome da redução da dívida pública, e os 13 milhões de euros de dividendos pagos pela EGF, do grupo Mota-Engil, 4 milhões acima dos lucros obtidos, ou seja, descapitalizando as empresas e negando aos trabalhadores melhores salários e condições dignas.

A intensa luta desenvolvida nos últimos anos, para a qual o STAL deu um contributo decisivo, interrompeu, ou pelo menos desacelerou, a privatização, nomeadamente dos serviços de águas, cujas gravosas consequências obrigaram vários municípios a retomar o seu controlo, casos de Mafra, Fafe, Paredes, Setúbal, Alcanena, existindo outros processos em curso, caso da Batalha.

A retirada à ERSAR do poder vinculativo na definição de preços, constituiu outra medida importante, repondo o respeito pela autonomia local num domínio decisivo

Porém, as ameaças mantêm-se, através das chantagens do poder económico e do poder político actualmente ao seu serviço, que é bom lembrar, é o mesmo

que privatizou a EGF e pretendia fazer o mesmo no sector da água, com a agravante de hoje contarem com os votos de forças ainda mais liberalizantes e de extrema-direita, pelo que a manutenção do poder poderá ditar ainda mais cedências a quem pretende atingir com maior virulência os serviços públicos e os direitos.

Ameaças que vêm também da União Europeia, cujo objectivo não esqueçamos, é o mercado único, ou seja, submeter os serviços públicos às suas regras.

Nos resíduos, um sector estratégico, a privatização da EGF, foi a peça-chave para favorecer o negócio, obrigando os municípios a pagar tarifas cada vez mais elevadas, agravadas pela imposição da taxa de gestão de resíduos, com consequências gravosas para as populações e para estes trabalhadores, cuja luta saudamos e continua a ser determinante para exigir respostas às reivindicações.

Um negócio que abrange crescentemente a recolha indiferenciada e a limpeza urbana, em que a redução dos custos do trabalho é um dos factores competitivos, agravando ainda mais a exploração laboral.

Neste quadro político, perante um governo que pretende aprofundar a destruição das funções sociais do Estado e dos serviços públicos, manter os baixos salários, a precariedade, os horários desregulados, o desrespeito pelas carreiras e profissões, o bloqueio da negociação e contratação colectivas, a determinação e a luta serão decisivas para resistir e defender o que existe, e sobretudo para exigir respostas às reivindicações dos trabalhadores que se mantêm actuais, pelo que a Direcção Nacional reafirma a intensificação do combate por:

- Aumento geral e significativo dos salários para todos, em pelo menos 15% com um mínimo de 150€ e o aumento do salário mínimo para 1000€ este ano;
- Valorização das carreiras e profissões;
- Combate à precariedade, garantindo que a um posto de trabalho permanente corresponda um contrato de trabalho efectivo
- Melhoria das condições de trabalho e o pleno respeito pelas normas de SST;
- Aplicação do Suplemento de Penosidade, Insalubridade e Risco;
- Revisão do ACT na Águas de Portugal, com uma nova tabela salarial e de conteúdos funcionais;
- Negociação de um ACT no grupo EGF e cumprimento integral dos Acordos de Empresa existentes;
- Regulamentação das condições de trabalho do sector da limpeza e higiene urbana;
- Redução do horário para as 35 horas de trabalho semanal para todos, sem redução de salário, contra a desregulação dos horários;
- Defesa da gestão pública do sector da água, do saneamento e dos resíduos, valorização das competências municipais;
- Reversão dos serviços privatizados.

Lisboa, 6 de Junho de 2024

A Direcção Nacional do STAL

Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional,
Empresas Públicas, Concessionárias e Afins

www.stal.pt Rua D. Luís I, 20F 1249-126 Lisboa . Telef: 210958400 - Fax: 210958469 - Email: stal.nacional@stal.pt

RESOLUÇÃO

É urgente dar resposta aos problemas dos bombeiros e da protecção civil

No momento em que, mais uma vez, nos aproximamos do período do Verão e dos infelizmente recorrentes incêndios florestais, o STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins não pode deixar de reafirmar que urge dar resposta aos problemas dos bombeiros e da protecção civil no País.

Desde logo porque a protecção civil em Portugal assenta essencialmente nos bombeiros, sejam estes de corpos detidos pela Administração Local (em menor número), entidades privadas (hoje, muito residual) ou por Associações Humanitárias (a larguíssima maioria).

Mas apesar das declarações de apoio e intenções de resolução dos muitos problemas deste sector, especialmente durante o período que se avizinha, a protecção civil e os bombeiros em especial continuam sem a devida resposta dos sucessivos governos.

Em relação aos bombeiros profissionais da Administração Local, após muitos anos de reivindicações, finalmente caminhamos para uma carreira única com estatuto remuneratório único, acabando com a discriminação que durou décadas, entre bombeiros sapadores e bombeiros municipais.

E dizemos caminhamos porque, pese embora a legislação aponte para este modelo de carreira única de sapador bombeiro, ficaram ainda por resolver as situações de muitos sapadores florestais, que pese embora sejam directamente abrangidos por esta legislação, ainda vivem num limbo fruto das incompreensões das autarquias e outras entidades locais que os empregam.

Mas, para além da situação remuneratória, que continua muito abaixo daquilo que seria exigível para profissionais com uma carreira extremamente exigente, mantém-se a interpretação espúria e absolutamente inconstitucional da disponibilidade permanente dos bombeiros e do que ela significa, quer em relação aos tempos de trabalho, quer em relação à questão remuneratória propriamente dita.

Chega-se ao ponto de alguns tribunais terem preconizado o entendimento que levado à conclusão máxima, determina que não só não existem limites à duração do trabalho diário e semanal para os bombeiros, todas as horas por ele prestadas não são sequer passíveis de ser remuneradas.

Ora uma coisa é que os bombeiros, por força das características da sua profissão, possam ser chamados a todo o tempo para dar resposta às necessidades de salvaguarda das populações, coisa muito diferente é determinar que por força destas necessidades, possam trabalhar, sem descanso, por tantas horas quanto aquelas que alguém entender como necessárias e, pasme-se, sem qualquer remuneração.

Urge de uma vez por todas rever a legislação clarificando o que é de facto a disponibilidade permanente e, acima de tudo, revogar a disposição legal que determina que o pagamento por esta está incluído na remuneração base destes trabalhadores (tal como a remuneração pelo risco, outro absurdo legal!), o que levaria ao ridículo dos bombeiros da Administração Local terem um salário base, descontando estas componentes, abaixo do salário mínimo nacional!

E que dizer dos bombeiros das AHB? Em relação a estes últimos continua a verificar-se uma confusão generalizada entre o voluntariado e o profissionalismo, sendo recorrente a designação de bombeiros voluntários atribuída aos trabalhadores das Associações Humanitárias que desempenham funções nas áreas do socorro, emergência e saúde pré-hospitalar e que na maior parte dos casos são simultaneamente bombeiros voluntários, as mais das vezes “à força”, sendo ainda generalizada a ideia que para se ser contratado como trabalhador de uma AHB o trabalhador tem que ser, em primeiro lugar voluntário.

Esta situação decorre naturalmente do enquadramento histórico destas organizações, mas também da inacção do legislador que, em 2007 se propôs a regulamentar a carreira de bombeiro profissional de AHB, o que até hoje não sucedeu e urge resolver.

Por outro lado, para todos os bombeiros (Adm. Local, AHB, sapadores florestais e privados) é urgente a consagração efectiva do reconhecimento da profissão de bombeiro como profissão de desgaste rápido. Com efeito, julgamos não existirem dúvidas relativamente ao facto de as funções de bombeiro exigirem uma disponibilidade física e psicológica muito superiores à generalidade das carreiras, o que exige a tomada de medidas legislativas concretas que possam dar resposta a esta situação e salvaguardar estes profissionais.

Estas e muitas outras razões são motivo para hoje como ontem, continuar a ser essencial a luta destes trabalhadores para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, em defesa dos seus direitos e pela efectivação de um verdadeiro sistema de protecção civil em Portugal que valorize os trabalhadores e salvaguarde pessoas e bens.

A luta dos bombeiros deve e vai continuar!

É neste quadro que a Direcção Nacional do STAL, reunida em 6 de Junho de 2024, decide, continuar a luta, a partir de cada local de trabalho exigindo prioritariamente e no imediato, no plano dos salários e das condições de trabalho dos bombeiros:

I. O aumento dos salários, que dê cabal resposta à perda de poder de compra dos trabalhadores e valorize efectivamente a profissão de bombeiro, no valor de 15% e, no mínimo, 150 euros por trabalhador, garantindo ainda que nenhum bombeiro tenha um salário inferior a 1000 euros mensais;

II. A regulamentação da carreira de bombeiro profissional das AHB, num processo transparente e negociado com os sindicatos, que acabe de vez com a confusão entre profissionalismo e voluntariado, promovendo assim a real profissionalização do sector;
III. A revisão do conceito de disponibilidade permanente para os bombeiros profissionais da Administração Local, consagrando o direito efectivo ao período normal de trabalho, aos períodos mínimos de descanso entre duas jornadas de trabalho e ao pagamento por todo o trabalho suplementar prestado;
IV. A consagração do regime da profissão de bombeiro como profissão de desgaste rápido, com redução dos períodos normais de trabalho, aumento dos períodos de descanso e de férias e bonificação do tempo para a reforma;
V. A consagração para todos os bombeiros do subsídio de insalubridade, penosidade e risco.

O STAL reafirma a sua determinação na luta pela construção e concretização de políticas que respondam verdadeiramente aos problemas dos bombeiros, da protecção civil e das populações e por isso exorta e apela a todos os trabalhadores para que se mobilizem e lutem pela construção de uma sociedade de progresso, justiça e solidariedade, por um Portugal com futuro e participem na acção de luta do próximo dia 25 de Junho – Administração Local em Luta - Pela Valorização das Profissões, exigindo a atribuição do suplemento de insalubridade penosidade e risco, suplemento de piquete e consagração das profissões de desgaste rápido, em Lisboa.

Lisboa, 6 de Junho de 2024

A Direcção Nacional do STAL

Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional,
Empresas Públicas, Concessionárias e Afins

www.stal.pt Rua D. Luís I, 20F 1249-126 Lisboa . Telef: 210958400 - Fax: 210958469 - Email: stal.nacional@stal.pt

MOÇÃO

FIM AO GENOCÍDIO E AOS CRIMES DE ISRAEL!
CESSAR-FOGO IMEDIATO E PERMANENTE!

Pelo imediato reconhecimento do Estado da Palestina por Portugal

Prossegue o genocídio perpetrado por Israel contra o povo Palestiniano na faixa de Gaza, ao mesmo tempo que se agravaram os ataques na Cisjordânia, além da contínua ocupação e expansão dos colonatos. Oito meses depois de uma violência brutal, de ataques aéreos e terrestres contínuos, mais de 36 mil palestinianos, dos quais mais 15 mil crianças, foram assassinados. Há mais de 86 mil feridos.

Bairros, Hospitais, Universidades, Escolas, Instalações da ONU, foram arrasadas.

A destruição é indescritível e o sofrimento inimaginável. A situação humanitária calamitosa.

O acesso a alimentos, medicamentos, água é bloqueado, e a ajuda enviada, além de insuficiente, é criminosamente destruída por colonos com a conivência das forças armadas israelitas.

Contra o clamor mundial que exige o cessar fogo, e contra as ordens do Tribunal Internacional de Justiça, emitidas na sequência da acusação por genocídio apresentada pela África do Sul contra Israel, este bombardeou um campo de refugiados nos arredores de Rafah, numa área anteriormente designada como "zona segura", com bombas fabricadas pela Boeing, empresa norte-americana.

Diante de tamanhas atrocidades, o próprio Tribunal Penal Internacional emitiu um mandado de captura contra Benjamim Netanyahu, contra o ministro da Defesa, Yoav Gallant, por crimes contra a Humanidade, além de três dirigentes do Hamás.

O isolamento de Israel é crescente. No passado dia 28 de maio, três países europeus reconheceram formalmente a Palestina como um Estado. A Irlanda, a Noruega e a Espanha, juntaram-se a 140 outros Estados membros da ONU, bem como a dois Estados não reconhecidos pela ONU, a Cidade do Vaticano e a República Árabe Sarauí Democrática, que já reconheciam o Estado palestiniano, decisão que saudamos. Ou seja, 74% dos membros da ONU reconhecem a Palestina como um Estado soberano.

Ao contrário, Portugal continua sem reconhecer o Estado da Palestina e o governo já declarou que não está em condições de o fazer. Trata-se de uma posição vergonhosa e condenável!

O reconhecimento do Estado da Palestina não é apenas um gesto simbólico, mas uma necessidade urgente e um imperativo moral. O povo palestino tem direito à autodeterminação, conforme reafirmado em inúmeras resoluções das Nações Unidas ao longo das décadas, incluindo a Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU, adoptada em 1947, que recomendou a criação na Palestina de um Estado árabe ao lado do Estado judeu.

A inacção só contribui para a perpetuação da violência e da injustiça.

Cabe ainda lembrar a recomendação da Assembleia da República de Portugal, aprovada em 2014, que instou o Governo a reconhecer o Estado da Palestina. Esta recomendação reflecte a vontade do povo português e não pode ser ignorada.

De igual forma, a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 7.º, consagra o respeito pelos direitos humanos e pelo direito dos povos à autodeterminação, bem como o princípio da não ingerência nos assuntos internos de outros Estados.

O reconhecimento do Estado da Palestina é coerente com estes princípios, reforçando o compromisso de Portugal com a justiça, a paz e o direito internacional.

É por isso igualmente inaceitável que, ao arrepio dos princípios constitucionais, Portugal mantenha cooperação militar com Israel.

É tempo de acabar com a hipocrisia e o cinismo. É tempo de Portugal reconhecer formalmente o Estado da Palestina, apoiando o seu povo na luta pelos seus direitos nacionais imprescritíveis, por uma existência digna e soberana.

Neste sentido, a Direcção Nacional:

- Apela a um cessar-fogo imediato e duradouro;
- Exige o fim definitivo dos bombardeamentos e das deslocações forçadas da população;
- Exige a protecção do povo palestiniano em Gaza e na Cisjordânia;
- Exige a entrada da ajuda humanitária necessária, o levantamento do infame bloqueio que, desde 2006, transformou a faixa de Gaza numa prisão a céu aberto, e início da reconstrução;
- Reclama a libertação de todos os presos palestinianos e todos os reféns israelitas;
- Exige o imediato reconhecimento do Estado da Palestina por Portugal, soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental, e a efectivação do direito ao retorno dos refugiados, como determinam as resoluções da ONU.

Lisboa, 6 de Junho de 2024

A Direcção Nacional do STAL